

Novo marco de referência para as negociações externas

As vésperas das eleições presidenciais nos Estados Unidos, que deverão realizar-se no próximo dia 8, alguns dos países mais endividados da América Latina tomaram na semana passada, em Punta del Este, no Uruguai, uma importante decisão que, certamente, influenciará as relações de Washington com seus vizinhos e poderá vir a mudar o rumo das negociações relacionadas à dívida externa.

Um grupo de oito países endividados do continente — abrangendo Brasil, Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia, Venezuela, México e Panamá — manterá estreitos contatos de agora em diante para a formulação de um plano comum de renegociação de suas dívidas externas. Os chefes de Estado presentes na reunião de Punta del Este (o presidente do Panamá não compareceu em vista da instabilidade política naquele país) comprometeram-se a encontrarse novamente no Rio de Janeiro, no começo de dezembro, para discutir propostas concretas para diminuir substancialmente a carga da transferência de recursos do continente, que tem sido de US\$ 40 bilhões por ano, em média, nesta

segunda metade da década de 80. Esse ônus, como acentuou o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, tem "aprofundado a brecha" entre os países latino-americanos e as grandes nações industrializadas, e "isso é insuportável".

Existe a perfeita consciência entre os integrantes do "Clube do Rio", como o presidente José Sarney denominou o grupo, de que essa maciça transferência de recursos não só tolhe o desenvolvimento econômico, impedindo o atendimento das demandas sociais das populações, como também constitui uma ameaça aos avanços democráticos tão duramente conquistados por quase todos os grandes países endividados. Chegou-se a um consenso, como afirmou o ministro Mailson Ferreira da Nóbrega, de que "não há estabilidade política sem o pré-requisito do desenvolvimento econômico".

Ele acrescentou que o que será discutido pelo "Clube do Rio" será um verdadeiro plano, detalhado técnica e financeiramente, mas não está ainda esclarecido a quem ele será de início endereçado. Segundo o presidente do Peru,

Alan García, não haveria razão para conversar com organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois é o governo dos Estados Unidos que controla a maioria dos votos nas instituições internacionais. Poder-se-ia concluir daí que Washington seria o destinatário.

Parece-nos, contudo, que as propostas do "Clube do Rio" deveriam ser encaminhadas, pela lógica, ao grupo dos sete maiores países industrializados, que periodicamente realiza reuniões de cúpula. Participantes desse grupo, como os Estados Unidos, através do Plano Baker, proposto na assembleia conjunta do FMI/Banco Mundial em 1985, o Japão e a França têm apresentado planos para o equacionamento do problema da dívida, uns mais tímidos outros mais ousados. Mas os sete maiores países industrializados do Ocidente sempre se abstiveram de apresentar uma proposta conjunta. Esta, em nosso entender, deveria ser a resposta natural da posição homogênea que, ao que se espera, emerja da reunião de dezembro no Rio. E nada impede que o futuro presidente dos Estados Unidos, seja ele Michael

Dukakis ou George Bush, venha a ser preliminarmente consultado.

Desde logo, ficou bem claro que os países latino-americanos não objetivam a formação de um "cartel de devedores" ou algo parecido e não excluem negociações bilaterais. A idéia é ter "um marco de referência", ou seja, diretrizes para negociações que se apliquem a todos os endividados. Não há, assim, como ressaltou o presidente Sarney, nenhum intuito de contestação. As negociações, evidentemente, serão políticas, mas desanuviadas de uma atmosfera de pressões.

No cerne de toda a questão está, naturalmente, a reforma do sistema monetário internacional, que não poderá conviver, indefinidamente, com um estoque de dívida acumulado de mais de US\$ 350 bilhões somente pelos países mencionados. Mecanismos de mercado, como a conversão de dívidas em capital, poderão ser úteis, mas, por si sós, eles não resolvem um problema estrutural dessa magnitude. As soluções devem ser buscadas em negociações de governos para governos e, simplesmente, não há mais tempo a perder.